

## **ACESSIBILIDADE À JUSTIÇA VIA ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UNIVÉRTIX DE MATIPÓ MG NO PERÍODO DE 2020 A 2022**

**Samuel Dias Fialho<sup>1</sup>**  
**Thamiris Imaculada de Abreu Carvalho<sup>1</sup>**  
**Mário Marcos Valente Rodrigues<sup>2</sup>**

**samueldiasfialho2017@gmail.com**

**ÁREA DO CONHECIMENTO:** Ciências Sociais e Aplicadas

**PALAVRAS-CHAVE:** acesso à justiça, Estado, Núcleo de Prática Jurídica, justiça gratuita.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo discorrerá a respeito do Acesso à Justiça, assegurado como um dos direitos e garantias fundamentais de extrema relevância, significando a abertura ao Poder Judiciário, permitindo alcançar a tutela de diversos outros direitos. A Constituição Federal prevê no inciso XXXV do Artigo 5º direito a todos os brasileiros a possibilidade de acessar ao Poder Judiciário. Portanto, é de seriedade do Estado garantir que todos cidadãos do país possam reivindicar seus direitos (BRASIL, 1998). É notório que a sociedade é composta por grande desigualdade econômica e social, ou seja, um dos principais empecilhos no acesso à justiça é o custo da assessoria e representação jurídica, proporcionando a população o desconhecimento de seus direitos, comprometendo assim o ingresso à justiça de forma eficaz (SILVA, 2015). Contudo, visando a inclusão de toda a população a uma justiça acessível, destaca-se os Núcleos de Assistência Judiciária Gratuita, possuindo como objetivo interligar a população carente à justiça, com políticas voltadas para o atendimento ou levando conhecimentos sobre seus direitos (FREITAS, 2014). Desse modo, o presente artigo traz como questões norteadoras: qual o número de atendimentos, orientações jurídicas e ações que o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Centro Universitário Vértice - Univértix da cidade de Matipó MG proporcionou a população e região entre os anos de 2020 e 2022? Foi eficaz para a contribuição do direito à acessibilidade a justiça? Assim, objetiva-se com este trabalho avaliar o número de atendimentos, orientações jurídicas e ações que o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Centro Universitário Vértice - Univértix da cidade de Matipó MG proporcionou a população e região no período de 2020 e 2022. Ademais, justifica-se o presente trabalho na perspectiva, importância, bem como na ênfase das questões relacionadas a proporcionar a verdadeira análise sobre a eficiência da acessibilidade a justiça de forma justa e igualitária aos que não podem pagar por ela, mas que tem seus

---

<sup>1</sup> Acadêmicos do 10º período de Direito – Centro Universitário Vértice – Univertix

<sup>2</sup> Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unifaminas -Especialista em Direito Penal com habilitação para Docência do Ensino Superior pelo Centro Educacional DAMÁSIO/SP. Advogado, coordenador e professor do curso de Direito - Centro Universitário Vértice – Univertix, lecionando diversas disciplinas, como Direito Constitucional, Direito do Trabalho, Direito do Consumidor, Direito Processual Civil, dentre outras.

direitos garantidos pela Carta Magna. Trabalhos como este são importantes para contribuir com soluções e apontamentos de dados comprobatórios de que o princípio da acessibilidade a justiça no município de Matipó está sendo aplicado de forma eficaz ou não, através do trabalho desempenhado pelo NPJ do Centro Universitário Vértice- Univértix.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi aprovada pelo Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica - PIVIC – Univértix. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. A pesquisa descritiva, segundo Gil (1999, p. 47):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa quantitativa, segundo Richardson (1999), é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). A pesquisa será realizada no Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Vértice - Univertix, situado no município de Matipó, interior de Minas Gerais. Sendo localizado na Zona da Mata Mineira, estando a 250 km da capital Belo Horizonte, possuindo uma estimativa de 19.098 (dezenove mil e noventa e oito) habitantes (IBGE, 2010). Estão sendo avaliados os registros de ações, que foram geradas de acordo com a demanda dos atendimentos jurídicos gratuitos feitos à população deste município, na área cível, família e consumidor, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022. As informações serão disponibilizadas pela secretaria jurídica do NPJ do Centro Universitário Vértice - Univértix e serão garantidos o sigilo e a confidencialidade das informações que serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. A organização dos dados coletados ocorrerá através do Microsoft Office Excel e serão apresentadas através de estatística descritiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Trata-se de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em andamento e os resultados parciais registram até o momento a realização do levantamento bibliográfico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por se tratar de um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, as considerações finais serão apresentadas após finalização do estudo, identificando possíveis limitações e contribuições para estudos futuros.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição (1988)**, dispõe da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

*Anais do FAVE – Fórum Acadêmico da Univértix, Matipó, setembro, 2023.*

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 abr. 2023

FREITAS, Paula Martins Felipe de. DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA AO HIPOSSUFICIENTE: O papel dos Núcleos de Assistência Judiciária Gratuita. **Revista SIMPAC**, Viçosa, v. 6, n. 1. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Brasileiro de 2010**. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 05 maio 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Natália Augusta Sampaio. **Do Acesso À Justiça: Aspectos Gerais**. Disponível em: [juridicocerto.com/p/nataliasampaio/artigos/do-acesso-a-justicaaspectos-gerais-1025](http://juridicocerto.com/p/nataliasampaio/artigos/do-acesso-a-justicaaspectos-gerais-1025). Acesso em: 18 jun. 2023.